

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

VALDIR CHIEPPI NETO

**O FANTASMA VERMELHO: UMA ANÁLISE  
BOURDIEUSIANA SOBRE A PERMANÊNCIA DO DISCURSO  
ANTICOMUNISTA NO BRASIL**

VITÓRIA  
2019

VALDIR CHIEPPI NETO

**O FANTASMA VERMELHO: UMA ANÁLISE  
BOURDIEUSIANA SOBRE A PERMANÊNCIA DO DISCURSO  
ANTICOMUNISTA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de Direito da  
Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Direito.

Orientador: Profº Dr. André Filipe Pereira Reid dos  
Santos

VITÓRIA

2019

## RESUMO

O presente trabalho visa entender a permanência do discurso anticomunista nos dias de hoje. Busca-se, portanto, entender a visão de que os comunistas são vistos como inferiores socialmente, um problema para a nação e, até mesmo, ilegítimos para portarem direitos. Para tanto, é necessário analisar a história brasileira, bem como a implicação desse discurso no período da Era Vargas, perpassando pela Ditadura Militar Brasileira de 1964 e chegando aos dias atuais. Ademais, tem-se a necessidade de analisar esse fenômeno a partir da teoria da história objetivada ou incorporada e história reificada, de Pierre Bourdieu, de modo a compreender como a história é contada e a relevância de se ter a história em seu favor. Isto foi possível devido à realização de pesquisas bibliográficas em que se analisou o discurso anticomunista na Era Vargas, na Ditadura Militar, bem como da análise deste discurso atualmente, por meio de pesquisas em redes sociais e sites na internet, foi possível entender a realidade do combate ao discurso comunista e as possíveis consequências advindas deste enfrentamento.

**Palavras-chave:** Era Vargas. Ditadura Militar. Anticomunismo.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>04</b>
<b>1 PROCESSO HISTÓRICO DE REJEIÇÃO SOCIAL DO COMUNISMO (E DOS COMUNISTAS) NO BRASIL .....</b>	<b>07</b>
<b>2 O ANTICOMUNISMO NA DITADURA MILITAR .....</b>	<b>13</b>
<b>3 UMA ANÁLISE BOURDIEUSIANA DO ANTICOMUNISMO NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O comunista, por algum tempo, foi visto como o principal inimigo da nação brasileira, o que fez com que o governo, instituições e até a religião se comprometessem a exterminar qualquer forma de pensamento que pudesse corroborar ou ir de encontro com os ideais revolucionários.

Entretanto, é bem verdade, que o inimigo número um do Estado brasileiro, atualmente, é o traficante, que faz com que haja um despendimento muito grande de recursos estatais com políticas de guerra às drogas, de modo a tentar inibir a atuação destes criminosos.

Nesse diapasão, embora a liderança do ranking de inimigos do Estado não esteja mais sob gozo dos comunistas, estes nunca deixaram de ser alvos de discursos de ódio e de terem a si a atribuição de muitos dos males que ocorreram na história do Brasil.

Desta maneira, hoje em dia, o que se vê são muitas críticas aos comunistas por partes de brasileiros, sobretudo por influências de políticos, que veem no comunismo uma ameaça à democracia brasileira, à ordem econômica e, acima de tudo, à liberdade dos indivíduos.

Estas críticas, entretanto, embora estejam sendo feitas atualmente, apontam para todo um período do século XX no Brasil, seja na Era Vargas ou na Ditadura Militar, em que se via com muita veemência discursos feitos contra a mentalidade comunista, com base, principalmente, nos argumentos referidos acima.

Porém, de fato, sabe-se que muito do que era professado por políticos, meios de comunicação, religiosos e cidadãos com viés mais conservador, nesta época, se pautava no medo de que a ampliação de direitos políticos de classes populares resultasse na diminuição de privilégios das classes dominantes.

Este medo, portanto, foi o maior fomentador do pensamento anticomunista, visto que grupos que estavam no poder se sentiam cada vez mais ameaçados pela classe trabalhadora, que, por sua vez, ascendia com a expansão dos seus direitos políticos e sociais.

Todavia, muito tempo se passou, o Brasil não se tornou uma nação socialista/comunista, mas o medo de que isso ocorresse nunca escapou da mentalidade da sociedade brasileira, especialmente das pessoas mais abastadas e com maior influência social e política.

Diante disso, a avalanche de críticas ao comunismo que se vê no Brasil, atualmente, longe do período do Estado Novo, da Ditadura Militar ou até mesmo da Guerra Fria, é de impressionar.

Desta forma, há na sociedade brasileira atualmente um aumento de discursos de ódio e a atribuição de desgraças políticas proferidos a comunistas, muito devido às eleições brasileiras de 2018 e a polarização política evidente que vive o país. A grande dúvida, portanto, é: por que o discurso anticomunista ainda sobrevive, de modo a colocar o comunista como inimigo da nação brasileira?

Com intuito de iniciar esta pesquisa, se faz necessária a utilização de um método científico. Para Mezzaroba e Monteiro (2005, p. 50) “[...] o método científico é o caminho seguido pelo cientista na persecução de seus resultados investigativos almejados”.

Posto isso, para a realização da pesquisa científica a qual este projeto se refere, será utilizado o método dialético, isto pois, como enunciado por Marconi e Lakatos (2011, p. 83): “para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver [...]”.

Concernente a isso, o método dialético mostra-se como o melhor método proposto para essa pesquisa, uma vez que ao utilizar-se dele como método de raciocínio, seria possível analisar mais detalhadamente o objeto, haja vista que as hipóteses

possíveis de solução para a pesquisa colocariam em contradição umas às outras. Sendo assim, os motivos pelos quais o discurso comunista ainda existe no Brasil seriam postos defronte, de modo que a conjectura mais plausível seria a que obtivesse menos contradições.

Diante disso, a partir da noção de dialética de Hegel (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2005, p. 73) “[...] o objeto dialeticamente tratado é proposto, para, a seguir, se auto superar mediante o confronto com seu próprio contraditório, vindo a ser inteiramente outro como resultado de si mesmo”, ou seja, por meio do confronto entre as hipóteses do ainda existente ódio ao comunismo, encontrar-se-á uma nova solução, não sendo nenhuma das anteriormente propostas.

Neste sentido, tem-se como escopo para este trabalho o estudo dos motivos pelos quais o comunista é visto como um inimigo histórico da nação, o grau de influência que a demonização do comunismo possui como discurso em campanhas políticas ao redor do país, bem como a análise das ações motivadas pelo anticomunismo na história do Brasil.

Para tanto, nos capítulos um e dois foram utilizadas pesquisas bibliográficas que abordam os períodos da Era Vargas e da Ditadura Militar, com enfoque nos conflitos existentes entre os comunistas e os anticomunistas; já no capítulo três, houve a análise do discurso anticomunista, por meio de pesquisas em redes sociais e sites na internet, além da utilização de teorias de Pierre Bourdieu.

# 1 PROCESSO HISTÓRICO DE REJEIÇÃO SOCIAL DO COMUNISMO (E DOS COMUNISTAS) NO BRASIL

Rodrigo Patto Sá Motta alude que:

A ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia causou um impacto muito forte: o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. O entusiasmo e a esperança dos revolucionários somados à crise da sociedade liberal, emergente no contexto pós-Primeira Guerra, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas (MOTTA, 2000, p. 5).

Como consequência do crescimento do pensamento comunista, pode se dizer que o pensamento anticomunista teria nascido junto com a Revolução Russa em 1917, como cita Emma Goldman *apud* Toledo “[...] em seguida à vitória da revolução na Rússia, como um fantasma ameaçador, e às greves, instalou-se um clima “antivermelho” em várias partes do mundo” (2017, p. 512).

No Brasil não foi diferente, como Motta demonstra:

No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística (2000, p. 16).

Diante do que foi exposto até agora, o comunismo deixa de ser apenas uma teoria presente em livros antigos e transforma-se no ideal de parte dos trabalhadores e de estudantes, vislumbrados com um modelo que prometia a emancipação do operário e uma maior justiça social.

Neste contexto, surge, em 1922, o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB, que alguns anos depois viria a se chamar Partido Comunista Brasileiro. Seu objetivo era promover a revolução proletária no Brasil e realizar a passagem do sistema capitalista para o socialista por meio da conquista do poder político (ABREU).

Isto se deu como consequência ao crescimento do pensamento comunista que reverberava desde a vitória da revolução russa em 1917, como também o ocorreu, por exemplo, no caso do Partido Comunista do Chile, que nasceu no início da década de 1920, e cresceu, principalmente, entre os trabalhadores mineiros e entre os estudantes universitários (BOHOSLAVSKY, 2014, p. 55).

Em 1927, como aduz Motta:

Ao modesto, porém, inegável crescimento do Partido Comunista, as autoridades responderam com a edição de uma lei repressiva, proposta no Congresso pelo Deputado Aníbal de Toledo. A lei, logo alcunhada pela oposição de “Lei Celerada”, tinha por objetivo restringir as atividades sindicais e políticas da esquerda. Autorizava o governo a fechar centros, sindicatos e entidades que praticassem atos considerados contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, bem como a suspender a circulação de órgãos de publicidade acusados de propagandear tais atos (MOTTA, 2000, p. 23).

Além disso, a crise de 1929, período em que ficou evidente a falibilidade do modelo capitalista, foi mais um motivo de convergência de considerável parcela da população aos ideais comunistas, um pensamento revolucionário, totalmente destoante do modelo vigente à época.

Consequente a isso, a chamada “Era Vargas”, período compreendido entre 1930 – 1945, foi marcada por grandes mudanças no país. Seu início, com a Revolução de 30, pôs fim à República Velha, que, embora seja conhecida como o primeiro período republicano do Brasil, detinha o poder centralizado na oligarquia cafeeira.

Neste contexto, havia revezamentos de poder devido à aliança política do “café com leite”, que, basicamente, consistia no apoio entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Esta aliança, tinha como base a força da economia cafeeira e, portanto, apresentava enorme apoio dos grandes proprietários de terra.

Com a Revolução de 30 e o consequente fim da República Velha, surge o Governo Provisório de Vargas (1930 – 1934). Este período é reconhecido como a primeira

dentre as três fases nas quais Getúlio Vargas governou o país, sendo as outras duas o Governo Constitucional (1934 – 1937) e o Estado Novo (1937 – 1945).

O Governo Provisório teve como objetivo declarado a reorganização política do país, por meio da centralização do poder. Foi durante este período que a constituição de 1934 foi promulgada, como resposta direta à Revolução Constitucionalista de 1932. Entretanto, a Carta Magna de 34 também ficou marcada pelo período de transição entre o Governo Provisório e o Governo Constitucional, visto que Vargas fora eleito presidente do Brasil um dia após a promulgação da CF/34.

O Governo Constitucional, por sua vez, foi marcado por grande polarização política, que podia ser demonstrada por meio de dois grupos que se opunham, a saber: Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O primeiro, calcava-se em ideias fascistas, “[...] consideravam que a luta pelo ideal de uma sociedade harmônica, sem conflitos, dirigida por um Estado integral que garantisse os valores supremos “Deus, Pátria e Família”, passava necessariamente pela destruição de liberalismo e comunismo [...]” (MOTTA, 2000, p. 29); já o segundo, tinha como fonte os ideais revolucionários por meio da luta de classes.

O pensamento comunista no Brasil vinha crescendo, isto se deu com base em alguns acontecimentos, indo desde a repercussão da Revolução Russa de 1917, até a Intentona Comunista de 1935. Propagandas desenvolvidas por lideranças anarquistas, socialistas e sindicais revolucionárias; o agravamento das condições de vida e de trabalho em função da Primeira Guerra Mundial, que aprofundou ainda mais a imensa desigualdade social; atividades da classe trabalhadora como a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações, bem como uma onda revolucionária que atingiu a Europa (TOLEDO, 2017, p. 515).

Portanto, pode-se ver que várias situações concorriam para o crescimento do pensamento comunista entre a população. Nesta perspectiva:

O clima político pós-Revolução de 1930 foi propício a que um número cada vez maior de pessoas, especialmente jovens e intelectualizadas, enxergasse no comunismo uma saída para as dificuldades brasileiras. O momento era de reformas, de encontrar caminhos alternativos em relação

ao antigo modelo liberal, considerado falido, e a proposta dos seguidores de Lênin trazia a marca do novo e da esperança (MOTTA, 2000, p. 26).

Por esta razão, em 1935 a esquerda brasileira tentou implantar uma República Socialista no Brasil, por meio de uma tentativa armada de revolução que se daria a partir de um levante denominado “Intentona Comunista”. Liderada por Luís Carlos Prestes e elaborada pela Aliança Nacional Libertadora, este movimento não obteve êxito, vindo a ser derrotada após forte repressão (BRASIL, 2010, p. 12).

A partir daí, com o comunismo sendo visto como um perigo à sociedade brasileira, surge uma campanha de propaganda anticomunista em massa. Logo, infere-se que foi a Intentona Comunista a principal responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil (MOTTA, 2000, p. 7).

Quanto a este fenômeno, Carla Simone Rodeghero o conceitua como sendo uma postura de oposição ferrenha ao comunismo ou àquilo que é a ele associado, sendo manifestado por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo, para ela, é o conjunto das atividades realizadas por grupos, que se guiam por representações chamadas de “imaginário anticomunista”. “Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc” (2002, p. 464).

Nesta sequência, como expõe Clarissa Brasil:

Depois do episódio do levante comunista, os setores liberais apoiaram as medidas de exceção adotadas pelo governo sob alegação de combater o comunismo, inclusive o golpe que promoveu a ditadura do Estado Novo em 1937, liderado pela Ação Integralista Brasileira AIB. Em setembro de 1937, a AIB divulgou um documento no programa de rádio *Hora do Brasil* simulando uma tentativa de revolução comunista. Esse documento – forjado por Olímpio Mourão Filho – acabou deixando a nação apreensiva e contribuiu para a instauração do Estado Novo, em novembro daquele ano (2010, p. 12).

Por conseguinte, com base em alegações de ameaça comunista ao Brasil por meio do plano Cohen, e com o apoio dos militares e de grande parcela da população, Getúlio promulgou uma nova Constituição Federal, em 1937. Iniciava-se, portanto, o período ditatorial brasileiro denominado Estado Novo.

Como apresenta Adriana de Oliveira Gonzaga Bisi:

A justificativa para implantar uma nova ordem constitucional, desprovida dos limites liberais da Constituição de 1934, era uma premente imposição política. A ameaça radical do Comunismo, concretizada pelas insurreições de Novembro de 1935 e reforçada pela farsa do Plano Cohen, já havia instaurado um ambiente de guerra civil. Neste sentido, Francisco Campos ampliou a abrangência dos instrumentos emergenciais, que até então só poderiam ser utilizados com aprovação prévia do Congresso Nacional e autorização das Forças Armadas, e lançou as bases para a construção de um edifício jurídico fundado em uma Constituição que abrigava de forma ampla o uso do estado de emergência equiparado, desde 1935, ao estado de guerra (2016, p. 58).

Diante disso, compreende-se que a política concebida por Francisco Campos, redator da Constituição Federal de 1937, é concebida num viés schmittiano, como uma relação de polêmica (guerra) entre amigo x inimigo, sendo o comunista a figura do inimigo a ser exterminado (BISI, 2016, p. 28). Desta forma, a retirada dos comunistas da ordem legal demonstra claramente que eram vistos como o inimigo do Estado, destituído de qualquer direito que um cidadão comum poderia ter.

A respeito disso, Alexandre Coura, Adriana Bisi e Wilton Leonel expõem que:

O nacionalismo autoritário também se caracterizou por identificar o Comunismo como a principal “ameaça” à integridade do novo projeto político brasileiro. Urgia oferecer uma resposta à altura da magnitude representada por esse “inimigo da civilização”. A resposta política se concretizou, sobremaneira, por intermédio de um violento aparato repressivo constituído por uma Lei de Segurança Nacional (1935 e 1938), por um Tribunal de Segurança Nacional (1936) e por uma polícia política, o DEOPS (1924-1983) (2018, p. 199).

Este aparato atuou profundamente durante o período do Estado Novo para coibir violentamente as atividades políticas da classe trabalhadora que significassem a negação da legitimidade do regime, as quais passaram a ser oficialmente definidas como “crimes contra a segurança nacional” (COURA; BISI; LEONEL, 2018, p. 199).

Tais instrumentos jurídico-políticos agiram sob a lógica da exceção, uma vez que obstaram o dissenso político e eliminaram radicalmente liberdades e garantias individuais. A Constituição Federal de 1937 foi oficialmente fundamentada como

sendo uma ferramenta necessária para levar adiante o combate ao “perigo vermelho” (COURA; BISI; LEONEL, 2018, p. 199).

Portanto, a outorga da constituição de 1937, bem como as medidas que se seguiram, como a extinção de todos os partidos políticos, fechamento do congresso, a instituição de uma censura rigorosa e as perseguições políticas, intensificaram o cerco ao redor dos comunistas e sobretudo de seus dirigentes (ABREU).

Sendo assim, pode-se concluir que desde o início da Era Vargas, ainda no Governo Provisório (1930 – 1934), o medo do comunismo já era usado como argumento político. Nos anos seguintes, seja durante o Governo Constitucional (1934 – 1937) e, sobretudo no Estado Novo (1937 – 1945), este discurso foi a base para justificar prisões, exílios, cerceamento da democracia e, até mesmo, a morte de opositores.

## 2 O ANTICOMUNISMO NA DITADURA MILITAR

A Ditadura Militar brasileira, período compreendido entre 1964 e 1985, ficou marcada pela realização de vários Atos Institucionais, que tinham como consequência a prática de supressão de direitos fundamentais, perseguição política, repressão a opositores do regime e a ausência de democracia.

Seu início se deu a partir do golpe militar de 31 de março de 1964, que opôs o então presidente João Goulart, popularmente conhecido como “Jango”, e empossou, como novo presidente do país, Marechal Castelo Branco. “[...] os setores conservadores estavam unindo forças para retirar Joao Goulart da presidência. O capital financiava, a igreja argumentava, a moral cristã familiar exigia e as forças armadas por fim agiram” (BRASIL, 2010, p. 17).

O fundamento que justificou o golpe foi a do perigo de o Brasil se tornar um país comunista, como mostra Paulo César Gomes:

Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto, os ministros militares começaram a tramar uma maneira de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em viagem à China. Acusaram-no de ser o representante do legado de Getúlio Vargas e, o mais grave, de ter vínculos com o comunismo internacional (2014, p. 21).

Sendo assim, grupos de alto escalão social sentiam que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira poderia ocorrer, de modo a atingir suas posições, rebaixando-as. Desta forma, nutriam um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos valores e dos princípios, inclusive dos religiosos. Logo, a ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada pelo comunismo ateu invadiu o processo político (REIS, 2005, p. 14).

Diante disso, a igreja católica teve grande importância na construção da narrativa para que houvesse o golpe de 64, pois “Em tempos de Guerra Fria, a ideologia comunista foi percebida por ela como uma grande ameaça. Desse modo, ela se constituiu, ao lado das Forças Armadas, em uma das instituições que mais se

empenharam no combate aos comunistas no Brasil” (GOMES, 2014, p. 20), mas a luta contra o comunismo vinha desde bem antes, como mostra Gomes:

Também ao final do século XIX, a instituição vivia um grande temor com relação ao crescimento dos movimentos operários e, sobretudo, ao comunismo presente nesses movimentos. Por essa razão, buscou elaborar um discurso disciplinador que funcionasse como alternativa tanto ao socialismo quanto ao liberalismo (2014, p. 15).

Neste diapasão, pode-se dizer que a Igreja Católica foi uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil. Quanto a isso, Rodeghero expõe:

O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo (2002, p. 466).

“Considerando que a população brasileira é majoritariamente católica, não é difícil imaginar os resultados produzidos pelo empenho anticomunista da Igreja”. (MOTTA, 2000, p. 44). Por tudo isso, sabe-se que a participação da igreja no golpe de 64 foi fundamental, como na organização da “marcha da família com Deus pela liberdade”, como demonstra Gomes:

Às vésperas do golpe, havia bastante agitação em alguns setores da sociedade brasileira. O comício promovido por Goulart na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, foi um divisor de águas. Evidenciou que o presidente tinha o apoio das esquerdas, de amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, de certos setores estudantis e de alguns graduados das Forças Armadas. Em contrapartida, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a primeira das quais ocorreu no dia 19, em São Paulo, ao incitar a população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciavam a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart (2014, p. 21).

Isto se deve ao fato de que a filosofia comunista se opunha às premissas básicas do catolicismo, uma vez que negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição à caridade e ao amor cristão; tinha o intuito de substituir a moral cristã e de destruir a família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de ordem e hierarquia com base na existência de um Deus. No fim, o sucesso do comunismo implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (MOTTA, 2000, p. 38-39).

Com base nisso, a partir dos anos 1960 houve uma intensificação da visão de que o comunismo era ameaça interna à Igreja, na medida em que surgia uma “esquerda católica”. Alguns setores da igreja, como os tradicionalistas, discordavam dos religiosos “progressistas”, pois não partilhavam dos ideais de reformismo social, bem como viam na esquerda católica uma conivência com os ideais comunistas, em face do que deveria ser um enfrentamento desta ideologia (MOTTA, 2000, p. 43).

Ademais, a igreja católica, como forma de combater os ideais tanto liberais quanto comunistas, criou um movimento chamado “neocrisandade”.

O projeto de neocrisandade objetivava “a efetivação de uma ordem social cristã pela condução dos fiéis a uma práxis pública capaz de construir, evangelicamente, a sociedade. No caso do período em foco, a neocrisandade tinha como objetivo principal a luta contra o liberalismo e o socialismo (GOMES, 2014, p. 15-16).

Porém, como dito acima, havia uma parcela de bispos considerada progressista e que, portanto, se opunha às arbitrariedades do regime militar. Isto se deu devido à fatores como a ausência de liberdade, aumento da exploração de trabalhadores e a intensificação da violência, inclusive contra membros da igreja (GOMES, 2014, p. 13).

A atuação política da Igreja Católica no decorrer de sua existência jamais se deu de maneira homogênea, sobretudo em se tratando de autoritarismo e repressão. Nos anos em que o Brasil esteve sob uma ditadura militar, não foi diferente. Se, a princípio, a instituição apoiou oficialmente os golpistas, com o passar dos anos tendeu a se contrapor às arbitrariedades do regime militar. Tal mudança, no entanto, não ocorreu automaticamente, tampouco teve a adesão unânime de toda a hierarquia católica (GOMES, 2014, p. 12).

Neste sentido, o maior exemplo de bispos considerados progressistas eram os do Nordeste, que nos quatro primeiros anos após o golpe mantiveram sua tradição reformista e tiveram uma atitude mais crítica em face do regime. Isto ocorreu, sem dúvida, devido à pobreza daquela região, incentivando este posicionamento da Igreja (GOMES, 2014, p. 24). Entretanto, muitos dos bispos que eram vistos como progressistas só tinham a intenção de tornar a igreja mais moderna como forma de ampliar a influência do catolicismo na sociedade (GOMES, 2014, p. 19).

Ainda sobre os bispos nordestinos:

Esses bispos não apenas corroboravam a expansão da noção de direitos humanos, como também faziam uma autoanálise sobre o papel que a Igreja teria exercido para favorecer a situação vigente. Em seguida, analisavam as maneiras pelas quais a instituição poderia contribuir para mudar as condições sociais do Nordeste. Por fim, faziam críticas pesadas contra o regime: condenavam o que chamavam de “terrorismo oficial”, o “crescente domínio das vidas particulares dos cidadãos pelo Estado” e, ainda, “a utilização de torturas e assassinatos generalizada” (GOMES, 2014, p. 33).

Entretanto, vale lembrar, que

[...] a ideia de um grupo de “bispos progressistas” foi construída por certa memória sobre o regime e até reforçada por uma literatura simpática às atividades de oposição de determinados membros da Igreja naquele período. O estereótipo do bispo-herói veio também da própria Igreja, na tentativa de esconder sua história de colaboração com o regime, em uma sociedade civil mobilizada que teria deposto o regime (GOMES, 2014, p. 114).

Além da ação dos bispos progressistas, a igreja católica passou a ser o meio para que grupos de pessoas pudessem protestar contra o regime, como visto a seguir:

Além dos bispos, houve grupos que exerceram um importante papel na região, ao menos até 1968, quando o AI-5 os impediu de atuar: a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC). A Igreja, paulatinamente, passou a servir como um dos únicos canais por meio do qual aquelas populações podiam protestar contra o governo pela opressão política e social a que estavam submetidas, já que o golpe minara a possibilidade de mobilização popular (GOMES, 2014, p. 24).

Consequente a isso, em 1970, agentes do Dops e do exército invadiram a sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), no Rio de Janeiro, em busca de material subversivo ao regime militar. O Ibrades era uma organização

religiosa fundada em 1969, pela conferência nacional dos bispos do Brasil (CNBB) e pela conferência dos religiosos do Brasil (CRB) e tinha como finalidade principal a de treinar membros de movimentos populares para atuarem em comunidades carentes. Neste ato, houve a prisão de diversos padres e líderes ligados à JOC, bem como a detenção de dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB (GOMES, 2014, p. 26-27).

Este acontecimento foi considerado o estopim para a crise entre a igreja e o Estado durante a ditadura militar, uma vez que, até o momento, os conflitos entre estas duas instituições envolviam apenas líderes religiosos de pouca expressão nacional. O incidente encorajou protestos contundentes por parte da igreja que, naquele instante, uniu-se contra o Estado (GOMES, 2014, p. 26-27).

Apesar disso, é equivocada a ideia de que a igreja católica atuou, a partir deste momento, de modo a combater os militares. Mesmo quando os bispos que se opunham ao governam pareciam ter sua voz soando mais alto, não se pode dizer em ruptura total, visto que as duas instituições sempre buscaram conservar boas relações e manter espaços de negociação (GOMES, 2014, p. 113).

Além do que fora exposto até o momento, outra questão relevante a ser narrada sobre a ação anticomunista na ditadura militar brasileira de 1964 é a atuação da United States Agency for International Development (Usaid), utilizada no Brasil, de 1960 a 1972, para assessorar o treinamento e modernizar as técnicas das corporações policiais.

A United States Agency for International Development (Usaid) foi criada em 1961 com o intuito de dar continuidade, em escala ampliada, ao trabalho da ICA (International Cooperation Administration), que vinha, desde 1954, financiando projetos de interesse do governo norte-americano em várias áreas do mundo, sempre com a justificativa de ajudar os países pobres (MOTTA, 2010, p. 238)

Quanto a isso, Rodrigo Patto Sá Motta ensina que:

Embora já existisse antes, o programa de assessoria policial foi intensificado após a Revolução Cubana, e reinterpretado à luz das teorias de modernização em voga na década de 1960, que prometiam aos países pobres alternativa de desenvolvimento melhor do que a via revolucionária (MOTTA, 2010, p. 237).

Esta agência do governo norte-americano atuou de várias formas, uma delas foi por meio de projetos educacionais, que englobaram não apenas o ensino superior, mas também o médio e o fundamental, além de publicações de livros. Ademais, houve o financiamento de programas voltados para outras áreas, como a segurança pública, agricultura, obras de infraestrutura, pesquisas científicas, etc (MOTTA, 2010, p. 238).

Neste contexto, em resposta à Revolução Cubana e ao perigo da expansão do comunismo representado por ela, os EUA lançaram amplo programa de ação, que passava pela modernização, financiamento e treinamento tanto de militares como de policiais brasileiros, por meio de uma aliança entre EUA e Brasil chamada “Aliança para o progresso”. Esta aliança foi anunciada pelo presidente John F. Kennedy, em 1961, e representava não só uma questão política devido ao medo da expansão comunista, mas também uma dimensão publicitária (MOTTA, 2010, p. 239).

O objetivo desta aliança era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina, com o propósito de fomentar a modernização, a ciência e a tecnologia, na esperança de que isso retirasse o apelo da Revolução. Isto ocorria, pois na mentalidade norte-americana a revolução comunista só representava uma ameaça nas áreas atrasadas, em que a pobreza e a desigualdade estimulavam o questionamento da ordem social e política (MOTTA, 2010, p. 239).

E toda essa aliança só foi possível devido ao discurso anticomunista, como demonstrado a seguir:

Nesse sentido, a ajuda americana e a realização de acordos de cooperação, inclusive a presença da Usaid e seus técnicos, entre eles os policiais, foi possível graças à convergência de discursos e interesses: manter a ordem, combater o comunismo, modernizar (MOTTA, 2010, p. 243).

Desta forma, a ideia era simples, “se os países atrasados pudessem seguir a trilha da modernização, com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores

sociais e estabilidade política, os defensores da revolução perderiam poder de convencimento” (MOTTA, 2010, p. 239).

Entretanto, apesar de enfatizarem que o avanço social e educacional era fundamental para o distanciamento das teorias comunistas, havia, por parte da Usaid, a ideia de necessidade de políticas de segurança capazes de fazer frente às ações do comunismo. Sendo assim, se não fosse possível conter a revolução por meio da modernização econômico-social, as forças militares e policiais deveriam ser suficientes (MOTTA, 2010, p. 239).

Após o golpe de 1964, com a instalação do regime militar, houve uma intensificação do programa policial da Usaid, bem como da presença norte-americana como um todo no Brasil, como aduz Motta:

Em abril daquele ano, o chefe dos assessores policiais, Frank Jessup, redigiu relatório em tom eufórico, comemorando o fato de que nos oito estados onde eles operavam as autoridades optaram pelo “lado certo”, ou seja, o golpista. Gabou-se, também, da pouca atenção dada pela esquerda à presença dos assessores policiais durante o governo Goulart, preferindo concentrar ataques no embaixador Lincoln Gordon (2010, p. 251).

Neste contexto, o momento de auge do programa norte-americano foi curto e logo em 1967, mediante uma onda de protestos antiditatoriais e antiamericanos, várias questões foram surgindo, pois o aumento da violência política estatal e a emergência de protestos não estavam planejadas, uma vez que o projeto passava pela ideia de estabilidade política (MOTTA, 2010, p. 251-252).

Desta forma, não queriam que o Brasil excedesse a violência política, devido ao medo de repressão internacional e, até mesmo, da opinião pública dos Estados Unidos, que havia sido convencida a apoiar as ações internacionais de seu governo com as ideais de defesa da democracia e da liberdade. Logo, não poderiam passar uma imagem ruim, como a de criar ditaduras e torturar opositores.

Ademais, também havia preocupação com a forma que a sociedade brasileira poderia reagir ao aumento da violência estatal e passar a ter maior simpatia pelas forças de oposição. Assim, como demonstra Motta:

[...] temiam que a radicalização ditatorial viesse a favorecer a esquerda revolucionária, pois o recurso às armas poderia ser visto como única alternativa para as forças de oposição. Trocando em miúdos, a administração democrata estava disposta a apoiar golpes e regimes de força, e conseqüentemente a repressão aos comunistas e revolucionários. Mas preferia que os militares utilizassem apenas a dose necessária de força, evitando repressão excessiva que seria contraproducente aos propósitos do “mundo livre” (2010, p. 252).

No tocante a atuação da Usaid na segurança pública, houve treinamento dos policiais brasileiros, entre 1960 e 1972, e cerca de oitocentos deles foram enviados para cursos oferecidos ou custeados pelos norte-americanos, sendo a maioria levada para território estadunidense. Além desses, cerca de cem mil policiais, entre civis e militares, receberam algum tipo de treinamento no Brasil (MOTTA, 2010, p. 256).

Quanto a isso, Rodrigo Patto Sá Motta fala a respeito da responsabilidade da polícia brasileira, bem como do governo norte-americano da seguinte forma:

[...] importa ressaltar que a preocupação não é absolver os Estados Unidos de culpa pelos acontecimentos – neste caso, as ações violentas cometidas pela polícia brasileira em defesa da ordem. Trata-se de tentar compreender o processo com olhar mais abrangente, capaz de considerar as forças policiais brasileiras também como atores, e não apenas como sujeitos passivos. As autoridades brasileiras conseguiram do governo americano o que desejavam, a modernização do seu aparato repressivo e o apoio político da grande potência, não obstante para isso tenham sido obrigadas a negociar e fazer concessões ao aliado. Entretanto, tal constatação não reduz em nada a responsabilidade dos governos dos Estados Unidos, pois apoiaram, armaram e ajudaram a manter uma ditadura violenta e assassina. O fato de que tal ditadura não fosse o plano original dos estrategistas democratas ao tempo de Kennedy, e que o governo norte-americano tenha sido contrário à radicalização implicada no AI-5, não altera muito as coisas, embora aponte para os limites na capacidade das potências de conduzirem os destinos das nações periféricas (MOTTA, 2010, p. 259-260).

Concernente a isso, Irving Kristol, famoso intelectual neoconservador norte-americano, a respeito do que, para ele, consistia na queda do império americano, a partir na década de 1960, defendia que os Estados Unidos deveriam assumir uma postura de missão civilizadora no mundo. Isto, para os intelectuais neoconservadores, era necessário, visto que a hegemonia norte-americana estava sendo posta à prova, internamente, pelos imigrantes, pela contracultura, pelos

negros e pobres e, externamente, pelo comunismo, tudo isso devido aos efeitos perversos do Welfare State (VALLE, 2010, p. 381).

Portanto, pode-se dizer que a expansão da influência norte-americana com fulcro em exterminar as possibilidades de uma revolução na América Latina, cunhava-se em estudos de intelectuais neoconservadores, que viam no comunismo uma ameaça externa à soberania estadunidense. “O anticomunismo da direita intelectual americana emerge, assim, como uma forma de colocar os EUA acima de tudo, atuando como se faltasse democracia no mundo e sobrasse nos Estados Unidos” (MIGUEL *apud* VALLE, 2010, p. 380).

Por fim, pode-se concluir que o objetivo dos Estados Unidos foi atendido, visto que o ponto-chave de sua política externa na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, consistia na derrota da revolução e na diminuição da influência soviética e cubana, fazendo com que os países da América Latina se mantivessem seguros para a realização de negócios e investimentos (MOTTA, 2010, p. 260).

Além dos argumentos até agora expostos, outra questão que pode ser analisada é a da participação da Ordem dos Advogados do Brasil na conspiração contra o presidente pré golpe de 1964, João Goulart. Não há evidências de que a OAB, em algum momento, tenha participado disto, entretanto, não há dúvidas de que a entidade se propôs a desestabilizar o governo de Goulart, como pode ser constatado nos pronunciamentos e atitudes do conselho federal entre 1962 e 1964 (MATTOS, 2012, p. 156).

Tais pronunciamentos eram voltados à campanha anticomunista, sendo um dos tópicos centrais a oposição entre comunismo e democracia, além de outros, como: “a exortação à defesa da “civilização ocidental”, o progressivo controle do aparato estatal e de organismos civis pelos comunistas e o risco à estabilidade social e jurídica representado por Goulart e seus aliados” estavam presentes em documentos do conselho federal e nos pronunciamentos de seus integrantes (MATTOS, 2012, p. 156).

A justificativa da OAB para esta intervenção na política do país está pautada no seu papel de guardião da institucionalidade democrático-liberal dada por ela mesma, além de sua prerrogativa de representar o conjunto dos advogados (MATTOS, 2012, p. 156).

Ademais, pode-se dizer que o posicionamento da OAB estava cunhado nos ideais de seu conselho federal que, no início da década de 1960, eram três, a saber: o elitismo, o formalismo e o anticomunismo. Para eles, a direção política do país deveria estar sob comando de um grupo apto devido às suas origens sociais, tradições familiares, experiência político-profissional e formação intelectual, uma vez que o oposto disto, isto é, as classes populares, eram tidas com profunda desconfiança, sendo vistas como desordeiras e manipuláveis (MATTOS, 2012, p. 159).

Neste sentido, Marco Aurélio Vanucchi Leme de Mattos aduz:

O anticomunismo professado pela OAB significou uma reação às perspectivas de ampliação dos direitos políticos e sociais das classes populares e de sua contrapartida necessária: a diminuição dos privilégios usufruídos pelos grupos dominantes. A escalada do protagonismo político popular e o programa reformista do governo federal eram considerados prenúncios da comunização do país. Deve-se lembrar que o anticomunismo exerceu uma força mobilizadora fundamental no pré-golpe (2012, p. 160).

Portanto, no que tange à participação da OAB no cenário político da década de 1960, sobretudo na tentativa de desestabilização do governo Goulart, como forma de ruptura entre o Estado e a possibilidade do comunismo, tem-se que:

No início da década de 1960, o Conselho Federal da OAB atuou diretamente na arena política. Sua postura em defesa da ordem jurídica não era neutra em relação às lutas que dividiam o país. A manutenção estrita da ordem jurídica impedia a expansão da cidadania política e social. O organismo, desde meados de 1962, aderiu à campanha que, denunciando a infiltração comunista no Brasil, preparou a deposição de Goulart. O apoio inequívoco do Conselho Federal ao golpe de Estado traiu o legalismo do órgão e revelou que, na sua hierarquia de valores, a defesa do status quo sobrepunha-se à defesa da ordem jurídica (MATTOS, 2012, p. 165).

Até o momento, no que diz respeito à influência de instituições para o golpe de 1964 e a conseqüente ditadura militar brasileira, foi dito sobre a participação da religião, sobretudo da igreja católica, da atuação da United States Agency for International

Development (Usaid) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Outro agente fundamental atuante desta época que não pode deixar de ser mencionado é o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

O CCC era uma organização paramilitar de extrema direita que foi criada pouco antes do golpe de 1964, em São Paulo, com o intuito de combater movimentos de esquerda. Seu surgimento se deu como resultado da junção entre vários grupos de extrema direita, como os “Matadores” da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e o “Canalha” do Colégio Mackenzie (VELOSO)

Em 1964, este grupo participou efetivamente do movimento que depôs o então presidente Joao Goulart, por meio da tomada da Companhia Telefônica de São Paulo e na ocupação das docas de Santos. Após estes eventos, só voltou a agir em 1968, ao comunicar sua volta ao governador paulista Roberto Abreu Sodré, em carta aberta, visto que considerava que o governo estava se omitindo frente ao avanço comunista (VELOSO).

Além do CCC outros grupos de extrema-direita surgiram ainda no contexto pré-64, como o GAP (Grupo de Ação Patriótica), MAC (Movimento Anticomunista) e a FAC (Frente Anticomunista Cristã). Esses grupos se destinaram a atuar das formas mais violentas possíveis e suas ações incluíam desde o uso de bombas, até pichações, sequestros, assassinatos, ameaças, intimidações, destruição e vandalismo, sempre atacando o que pensavam ser qualquer forma de avanço comunista no Brasil (BRASIL. 2010, p. 47).

O CCC era formado majoritariamente por civis e atuou de forma residual ao aparato repressivo da ditadura. Esta organização possuía o objetivo de disseminar o medo, o terror, não apenas ao alvo atingido, mas à sociedade como um todo. “Também é possível afirmar que se trata de uma sigla de extrema-direita, já que os valores da direita foram defendidos de forma extremamente violenta” (BRASIL, 2010, p. 18-19).

Nesse diapasão, a principal característica do CCC enquanto grupo com ideais comuns, era o ódio ao comunismo. É como mostra Clarissa Brasil a seguir:

A característica que, podemos dizer, identificou os membros CCC, ao longo de todo o período em que atuaram, incluindo as primeiras manifestações antes do golpe militar, foi o aspecto anticomunista, ou ainda, aquilo que entendiam ser comunismo. Isso ficou claro na divulgação do manifesto onde o CCC expõe contra o *que* eles agiam, colocando-se como patriotas e verdadeiros defensores do país. Apenas a compreensão do vigor anticomunista ajuda explicar por que membros civis da sociedade agiram de forma tão violenta (2010, p. 113-114).

Entretanto, este pensamento não era manifestado por parcela ínfima da população ou grupos específicos como o CCC. O anticomunismo era refletido por um montante considerável de pessoas durante a ditadura militar que, inclusive, solicitou uma ação mais contundente dos militares para com os comunistas. Desta forma, o CCC encontrou campo fértil para destilar seu ódio e agir de forma a perpetuar o terror.

Além da conivência da sociedade, outro fator preponderante para o crescimento do CCC foi o da impunidade, visto que:

A discussão sobre impunidade sempre se faz presente nas pesquisas que envolvem o período ditatorial civil-militar brasileiro. Desde durante esse período, órgãos de defesa dos direitos humanos alertam para a impunidade dos crimes praticados pelo Estado autoritário. Juridicamente, impunidade pode ser definida como a não aplicação de uma pena a um determinado crime. As atividades realizadas pelo CCC – bombas, pichações, destruição, assassinato, sequestro, tortura, danos morais, ameaça – podem, todos eles, ser considerados crimes pela legislação penal. Como nunca nenhuma pessoa foi condenada e apenada por ter praticado nenhuma das atividades relatadas nessa dissertação, podemos afirmar que o CCC foi e continua sendo uma organização terrorista impune que existiu na história do Brasil (BRASIL, 2010, p. 28).

No que se refere as ações do CCC, três foram os episódios mais conhecidos envolvendo essa sigla. O primeiro, foram os ataques ao elenco da peça *Roda Viva*, em janeiro de 1968, em São Paulo, e em outubro de 1968, em Porto Alegre; o segundo, o envolvimento na briga entre alunos da USP e da Mackenzie, em outubro de 1968, em São Paulo e; o terceiro, o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, em maio de 1969, em Recife (BRASIL, 2010, p. 33).

Concernente a isso, o perfil do atuante no CCC era o do jovem, urbano, de classe média, homem, estudante, e que se confrontava, sobretudo, com a classe artística, daí um dos motivos para o ataque ao elenco do *Roda Viva*. Além disso, outro setor que sofria com ataques do CCC era o da ala progressista da igreja católica, já mencionada anteriormente. Os padres considerados subversivos eram alvos

constantes da sigla, como visto no assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto (BRASIL, 2010, p. 34).

Por fim, pelo que foi exposto neste capítulo, pode-se inferir que o anticomunismo foi a base para respaldar o golpe de 1964. Foi apresentada a influência da religião, do governo norte americano, da OAB e de grupos de extrema-direita, como o CCC, todos estes tendo, no comunismo, o inimigo em comum.

Portanto, denota-se a relevância de uma simples narrativa, como a demonização do comunismo, uma vez que é capaz de traçar os rumos de uma nação, como ocorreu com a ditadura militar no Brasil, que durou 21 anos e foi regada de assassinatos, exílios, supressão de direitos fundamentais, perseguições a estudantes, artistas e intelectuais, censura, e o país carrega, até hoje, as marcas deste período.

### 3 UMA ANÁLISE BOURDIEUSIANA DO ANTICOMUNISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Durante a história brasileira no século XX, foram muitos os momentos em que comunistas eram considerados os agentes responsáveis por todos os problemas sócio-políticos do país. Como já visto anteriormente, pode-se dizer que no período do Estado Novo e da Ditadura Militar isso ficou muito claro, a julgar pelas perseguições que grupos comunistas sofriam e, até mesmo, aqueles que não eram comunistas, mas que eram vistos como tal.

Diante disso, essa classe foi, por muito tempo, tida como inferior socialmente, a considerar pela forma como eram tratadas. Ademais, eram vistas como inimigas da nação, bem como sendo totalmente nocivas à democracia brasileira dada a perseguição que estes sofriam por quem detinha o poder naquela época, bem como pela força policial e militar que estava disposta a manter à ordem, mesmo que isto custasse a vida de várias pessoas.

Nesse sentido, segundo Marcus Roberto de Oliveira:

Um dos aspectos menos privilegiados na Ciência Política brasileira diz respeito à atuação das forças anticomunistas ao longo de nossa história. Orquestrado por grupos conservadores e em certos momentos até por alas progressistas, o anticomunismo brasileiro é sem dúvida um dos fenômenos políticos mais relevantes nas duas fases de colapso institucional da democracia no Brasil (especificamente, a ascensão do Estado Novo (1937) e o golpe de 31 de março de 1964) (2004, p. 185).

Nos períodos destacados, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista”, como já mencionado, foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda (MOTTA, 2000, p. 7).

Com base nisso, nota-se como que o anticomunismo teve um papel fundamental como justificativa à imposição de governos ditatoriais no Brasil. Prova disso, foi a insistência de tal discurso no período do Estado Novo e do Golpe Militar de 1964, ao

fazer com que muitas pessoas realmente sentissem que era aceitável conviver em uma ditadura, em prol de que não houvesse a revolução comunista no país.

Além disso, tem-se na história o motivo pelo qual o comunismo é, ainda hoje no Brasil, visto como algo atentatório à democracia brasileira e o comunista é tido como ilegítimo para portar direitos, devido ao seu papel de inimigo da nação.

Sendo assim, Pierre Bourdieu analisa os movimentos sociais historicamente, por meio da ideia de história reificada e história incorporada. Segundo ele:

[...] toda acção histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. Aquele que tira o chapéu para cumprimentar *reactiva*, sem saber, um sinal convencional herdado na Idade Média [...] (2004, p. 82).

O “habitus”, conceito cunhado por Pierre Bourdieu, pode ser descrito como: “[...] um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (*apud* SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 402).

Ainda nesta perspectiva, o habitus pode ser visto como: “[...] uma incorporação de esquemas, e como disse, que permitem o conhecimento prático, o ajuste à situação, algo não reflexivo” (CHARTIER, 2002, p. 170). Ele é o princípio gerador de respostas adaptadas às exigências de um determinado campo. Sendo fruto das experiências da infância, de sua história enquanto membro de uma família e de uma classe “[...] em particular, das experiências em que se exprime o declínio da trajetória de toda uma linhagem e que podem tomar a forma visível e brutal de uma falência ou, ao contrário, manifestar-se apenas como regressões insensíveis” (BOURDIEU *apud* SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 402).

Desta forma, à medida que o habitus age de forma incorporada ao homem, um dos estados da história, qual seja, a história incorporada, é introduzida no imaginário

humano, e se apresenta por meio de suas ações, suas práticas, sua história oral, seus testemunhos (CHARTIER, 2002, p. 157).

Ademais, quanto à história em seu estado objetivada ou reificada, uma das ações famosas atribuídas ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) foi a destruição do “monumento ao trabalhador”, ocorrida em Goiânia, em 1969. Ativistas do CCC derramaram piche fervido em dois painéis que compunham a obra, que representavam as “Lutas dos Trabalhadores” e o “Mundo do Trabalho”. (BORGES, 2017, p. 345).

Isto se deu mediante ao fato de o “monumento ao trabalhador” não ser uma mera construção, mas sim estar coberta por simbolismo, representado pelo alto teor socialista impregnado à estrutura, o que atraiu ações visando ao seu desmantelamento e à eliminação na memória dos goianienses. (BORGES, 2017, p. 345).

Neste sentido, “Uma das maneiras de um povo se valer do passado na construção do presente é inscrevendo-o nos lugares, nos textos e nas mensagens caracterizadores de uma época” (BORGES, 2017, p. 348). Dessa forma, ao destruir o monumento, houve uma tentativa de eliminação da história em seu estado objetivado, ou melhor, da memória que havia por parte dos goianienses em relação à construção e ao que ela representava.

Isto se dá, uma vez que há a eliminação de objetos, esculturas, monumentos, entre outras formas de representar o passado, fazendo com que a memória se perca e a história possa ser mais facilmente alterada ao bel-prazer daquele que a conta, buscando uma narrativa que se enquadre no que mais atenda aos seus anseios político-ideológicos.

Posto isto, percebe-se que a narrativa histórica dos fatos tem grande relevância para se saber a realidade. Entretanto, o relato pode se dar mediante vícios ocorridos até mesmo sem o conhecimento dos agentes incluídos naquele contexto. Portanto, embora seja de crucial relevância, a história deve ser analisada com cuidado, para

que a história reificada não se aproveite da falsa cumplicidade que a une à história incorporada e se aproprie do portador desta história. (BOURDIEU, 2004, p. 104).

Outrossim, pode-se dizer que, atualmente, há uma incidência considerável de falas semelhantes aos discursos legitimadores do golpe de 64, como aduz Lucileide Costa Cardoso: “Desse modo, salvar a democracia, combater a corrupção e erradicar a subversão forjaram a plataforma que sustentava o processo de construção da memória política da ‘revolução de 1964’ do ponto de vista dos agentes do poder” (2011, p. 135).

Como visto acima, estes três discursos foram e ainda são muito utilizados. Nas eleições de 2018, viu-se aos montes estes jargões sendo proferidos, como no caso de salvar a democracia do perigo do comunismo e de nos tornarmos uma Venezuela, da renovação para combater a corrupção que assolou o país em todos estes anos em que fomos governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, erradicar a subversão da esquerda, que tem o intuito de acabar com as famílias, degenerar as crianças e jovens e transformar o país em uma Ditadura “Gayzista”.

Além disso, ainda sobre as semelhanças entre o período atual e 1964:

Martelavam-se os slogans otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: Pra frente, Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente. Para os que discordavam, a porta de saída: Brasil, ame-o ou deixe-o (REIS, 2005, p. 35).

Neste sentido, a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, muito parecida com os slogans otimistas utilizados no período do golpe militar, foi utilizada como principal bordão de campanha das eleições para Presidente do Brasil, no ano de 2018, por parte do agora Presidente, Jair Messias Bolsonaro. Frase esta que caiu nas graças de boa parte da população e foi proferida diversas vezes, como uma espécie de “efeito manada”.

Destarte, a emissora “Sistema Brasileiro de Televisão”, o SBT, no dia 6 de novembro de 2018, publicou, no intervalo entre a sua programação, uma série de vinhetas com mensagens nacionalistas e com as cores da bandeira do Brasil, sendo uma delas o

principal slogan da ditadura militar “Brasil, ame-o ou deixe-o”, enquanto tocava o hino nacional (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). A empresa negou haver conotação política nos vídeos e que não teria relação com a eleição de Bolsonaro à presidência, que ocorreu no dia 28 de outubro de 2018, nove dias antes da publicação da vinheta em sua programação.

Outra questão recorrente atualmente e que era bastante vista na ditadura militar são os discursos de negação quanto aos problemas advindos da ditadura, como a quantidade de mortes decorrentes da repressão policial, a negação aos direitos humanos, a censura, etc. Neste viés, Lucileide Cardoso nos mostra que:

Ademais, a análise da enorme massa de discursos produzidos pelos militares golpistas nos permite afirmar que em suas versões não mencionam a interrupção do processo democrático em 64, culminando com a usurpação das liberdades e o desrespeito aos direitos humanos. [...] Esquecem, propositadamente, que para a oposição, após a ‘abertura política’ na década de 1980, só restava contar as vítimas da repressão: mortos, desaparecidos, cassados e exilados, completados pelos expurgos de militares e civis (2011, p. 137-138).

O mesmo ocorreu com o que foi dito pelo Presidente Bolsonaro, que negou, em programa de TV, ter havido ditadura no Brasil. Além disso, Bolsonaro, no dia 25 de março de 2019, determinou ao ministério da defesa que fossem feitas comemorações aos cinquenta e cinco anos do início da “Revolução”, que se deu em 31 de março de 1964 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Consequente à demonstração das semelhanças entre acontecimentos da ditadura militar e atualmente, os termos “fascista” e “reacionário” já eram utilizados para taxar àqueles tidos como antagônicos aos grupos comunistas ou, como ocorre hoje em dia, não necessariamente aos comunistas, mas simplesmente aos grupos de esquerda. “Os comunistas, visando objetivos táticos evidentes, trataram de explorar bastante o argumento, insistindo na tese de que o anticomunismo era sinônimo de fascismo e reacionarismo” (MOTTA, 2000, p. 34).

Ademais, não há dúvidas quanto a importância das eleições políticas para a democracia brasileira, porém, nota-se com grande intensidade, que o discurso anticomunista presente desde o século passado cresceu desde as eleições de 2018.

Isto se deve, sobretudo, aos discursos produzidos pelo agora presidente, Jair Messias Bolsonaro, uma vez que sua campanha foi calcada, entre outras coisas, no anticomunismo e seu governo vem, constantemente, batendo nesta tecla.

Desta feita, o que se viu nas eleições devido a diferenças ideológicas entre os políticos e a sede de chegar ao poder, foi o aumento considerável de ataques e discursos de ódio despejados àqueles que pensem de forma contrária. Logo, o que se tem visto, desde então, é uma grande polarização, culminando em discussões, seja em redes sociais, em programas de comunicação ou, até mesmo, nas universidades, entre grupos de direita e de esquerda.

Jair Bolsonaro, ainda enquanto candidato à Presidência da República pelo PSL, disse, no dia 06/10/2018, que representa o Brasil verde e amarelo contra o socialismo e o comunismo e prometeu "curar" os simpatizantes do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com trabalho (SIMÕES, 2018).

Isto não mudou quando Bolsonaro se tornou Presidente. Prova disso, foi o discurso de posse, no dia 01/01/2019, no Congresso Nacional, em que o Presidente disse que, naquele dia, "o povo começou a se libertar do socialismo" (NOBREGA, 2019).

Além disso, antes e durante o período eleitoral, em 2018, o WhatsApp foi utilizado como ferramenta de propagação de notícias, boa parte delas, falsas. As chamadas "Fake News" foram de extrema relevância no resultado da eleição, visto que alcançaram um enorme contingente de pessoas.

Em uma delas, há uma afirmação de que o Partido dos Trabalhadores havia colocado em seu site oficial um "Plano de Dominação Comunista do País" e que o ato de espalhar a mensagem seria uma forma de impedir que o país se tornasse uma nova Cuba. A mensagem traz uma série de supostas diretrizes apontadas pela sigla, como a anulação das sentenças do mensalão e a estatização da Rede Globo (MONNETAT; SARTORI).

Como pôde ser visto, com base nas notícias acima citadas, o atual Presidente do país utilizou o anticomunismo como pauta em sua campanha política à presidência e, agora, utiliza este mesmo argumento para legitimar seus atos enquanto governo.

A seguir, haverá uma lista de pronunciamentos do Presidente Jair Bolsonaro e de dois de seus filhos, Eduardo Bolsonaro, Deputado Federal por São Paulo, e Carlos Bolsonaro, Vereador do Rio de Janeiro, para mostrar como o anticomunismo está presente no imaginário dos políticos e regem as suas ações enquanto governantes.



**Jair M. Bolsonaro** ✓  
@jairbolsonaro

O problema da Venezuela não tem a ver com militar, tem a ver com comunismo, essa ideologia desprezível e assassina que conhecidamente destrói tudo por onde passa. O PSDB desvia o foco do problema porque é conivente com o mesmo. Todo mundo sabe disso!

Figura 1 - Tweet Presidente Jair Bolsonaro

Fonte: <https://mobile.twitter.com/jairbolsonaro/status/1037055674797174785>



**Jair M. Bolsonaro** ✓  
@jairbolsonaro

Agradeço a menção dos amigos venezuelanos! Estes expõem o massacre diário que seu povo sofre pelo aliado dos esquerdistas brasileiros que afundou seu país no caos! Que Deus nos proteja e nos livre do comunismo!

Figura 5 - Tweet Presidente Jair Bolsonaro

Fonte: <https://mobile.twitter.com/jairbolsonaro/status/1031726475882450944>

Nestes “tweets”, o Presidente Jair Bolsonaro demonstra todo o seu ódio ao comunismo, ao chamá-lo de uma ideologia “desprezível” e “assassina”. Além disso, atribui ao comunismo a causa dos problemas da Venezuela. Por fim, aproveita para criticar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) pela “conivência” com o comunismo.



**Carlos Bolsonaro** ✓  
@CarlosBolsonaro

É inevitável não ligar a defesa do comunismo com o consumo de maconha e rejeição ao banho!

Figura 2 - Tweet Vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro  
Fonte: <https://mobile.twitter.com/CarlosBolsonaro/status/690061942858321920>

Com base nisso, o Vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, fala de maneira pejorativa ao comparar movimentos de defesa ao comunismo com consumo de drogas e falta de higiene. Isto ocorre como uma forma de ratificar a ideia de que o comunista é inferior socialmente.



**Eduardo Bolsonaro** 🇧🇷 ✓  
@BolsonaroSP

O comunismo assassina opositores que querem liberdades, escraviza seu povo através da fome e historicamente matou em torno de 20 vezes mais que o nazismo. Por que não criminalizar nazismo e comunismo? Não há como debater com quem vai te matar.

Figura 3 - Tweet Deputado Federal Eduardo Bolsonaro  
Fonte: <https://mobile.twitter.com/BolsonaroSP/status/955156939196874752>



**Jair M. Bolsonaro** ✓  
@jairbolsonaro

Bolsonaro alerta q nos livramos do nazismo em 45, contudo o comunismo volta a nos assombrar c/ o PT, PCdoB e PSOL.

Figura 6 - Tweet Presidente Jair Bolsonaro  
Fonte: <https://mobile.twitter.com/jairbolsonaro/status/532671671644459008>

Diante do exposto, o Deputado Federal, Eduardo Bolsonaro, e seu pai, Jair Bolsonaro, comparam o comunismo ao nazismo. Deste modo, deslegitimam um movimento que visa o estabelecimento de uma sociedade igualitária, ao compará-lo com uma ditadura sanguinária.



**Jair M. Bolsonaro** ✓  
@jairbolsonaro

FORO DE SP: Engana-se quem acha que o comunismo acabou com a queda do muro de Berlim. No Brasil, a prova de que ele está mais ativo do que nunca. Cuidado, se um povo estiver desarmado e desinformado, esse pesadelo pode durar uma eternidade.

Figura 7 - Tweet Presidente Jair Bolsonaro

Fonte: <https://mobile.twitter.com/jairbolsonaro/status/948887734357196800>

A partir do que foi apresentado acima, pode-se constatar que Jair Bolsonaro utiliza de sua influência nas redes sociais para moldar o pensamento de seus seguidores. Desta forma, como aludido, Bolsonaro critica o comunismo e vale-se disso para incutir naqueles que os seguem a ideia de que deve ser permitido o armamento no Brasil.



**Jair M. Bolsonaro** ✓  
@jairbolsonaro

Alunos do Brasil, levantem-se contra o comunismo.  
[tinyurl.com/jfachld](https://tinyurl.com/jfachld)

Figura 8 - Tweet Presidente Jair Bolsonaro

Fonte: <https://mobile.twitter.com/jairbolsonaro/status/77707224911183360>

Neste “tweet”, utilizando da influência anteriormente citada, o Presidente Bolsonaro busca inflamar os estudantes para rebelarem-se contra o comunismo. Entretanto, tal atitude sugere que alunos cometam ações incompatíveis com o sistema escolar, como gravar falas dos professores, negar a sua autoridade em sala de aula e, até mesmo, agir de modo a contrariar o seu ensino, como se o professor estivesse tentando doutrinar os alunos, em vez de ensiná-los.



**Eduardo Bolsonaro** 🇧🇷 ✓  
@BolsonaroSP

Protocolei hoje o PL 5358 /2016 q criminaliza a foice e o martelo (morte e tortura) e a apologia ao comunismo.

Figura 4 - Tweet Deputado Federal Eduardo Bolsonaro

Fonte: <https://mobile.twitter.com/BolsonaroSP/status/734871817425440768>

Com base no exposto, nota-se como o comunismo é visto como algo inferior, um problema a ser combatido, um perigo a ser exterminado. Neste último “Tweet”, Eduardo Bolsonaro fala a respeito de um Projeto de Lei que criminaliza o comunismo. Trata-se da PL 5358/16, protocolizada por ele mesmo e que visa punir àqueles que fizerem apologia ao comunismo.

Este projeto altera a Lei Antirracismo (7.716/89) para incluir entre os crimes ali previstos o de “fomento ao embate de classes sociais”, com pena prevista de reclusão por um a três anos e multa. Além disso, há a alteração da Lei Antiterrorismo (13.260/16) ao incluir o “fomento ao embate de classes sociais” como ato terrorista quando cometido com a finalidade de provocar terror social ou generalizado. (DOEDERLEIN; NOBRE, 2017).

Como pôde ser averiguado no próprio site da Câmara dos Deputados, a PL 5358/16 foi movimentada para a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), no dia 16/06/2016, entretanto, esta análise ainda não ocorreu, havendo sua última movimentação no dia 30/01/2019. No momento, a PL espera um novo relator para a CCJC, visto que o Deputado Paulo Teixeira, que seria o relator, não faz mais parte da comissão.

Desta forma, embora ainda não haja um posicionamento a respeito deste Projeto de Lei, a sua simples protocolização por parte da ala conservadora da câmara dos deputados já mostra como o comunismo é demonizado por boa parcela dos políticos e de aqueles que se veem neles representados.

Sendo assim, com base em acontecimentos pretéritos motivados pelo anticomunismo e o fato de esse discurso prevalecer por tanto tempo em uso, tem-se o medo de que a história se repita e, assim como foi na Ditadura Militar de 64, a demonização atual do Comunismo sirva como alavanca para a imposição de governos ditatoriais.

Essa preocupação não é em vão, existe no Brasil uma grande quantidade de pessoas a favor da volta dos militares, e até mesmo do CCC. Em 2007, uma banda de “*hard core*” brasileira, a Comando Blindado, fez uma música

denominada *volta CCC*. A letra era uma crítica ao Partido dos Trabalhadores, e ao mesmo tempo uma ode ao retorno dos militares e do CCC. Formada por skinheads, a banda tem outras músicas com letras anticomunistas e de “orgulho branco”. Existe desde 1988, tem três CDs lançados, e uma pesquisa breve nesse universo revela a existência de uma grande quantidade de outras bandas com essa filosofia (BRASIL, 2010, p. 56).

Sabe-se que essa realidade, de 2007 para cá, só aumentou. Logo, a preocupação com a democracia do Brasil se torna cada dia mais evidente. Quanto a isso, Reis faz os seguintes questionamentos:

Até que ponto o exercício da memória não passa de autoflagelação? Não seria melhor e mais saudável cultivar a paz das consciências? E olhar para frente, deixando o passado sossegado, e as feridas, cicatrizando? Entretanto, há alguns nós que precisam ser desatados, ou, ao menos, compreendidos. E isso não diz respeito apenas ao passado, mas ao presente e, sobretudo, ao futuro (2005, p. 43).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história do Brasil, ficou marcada a influência do discurso anticomunista como sendo detentor de um poder imensurável na concretização de planos sócio-políticos. Tais concepções adivinham de grupos dominantes, bem como com maior poderio financeiro, sobretudo pelo medo da ascensão da classe trabalhadora.

Desta forma, como mostrado, vários foram os momentos em que este discurso ganhou voz, como forma de reverberar ideias reacionárias e, até mesmo, fascistas, ao ser a principal fundamentação de golpes e ditaduras.

Sendo assim, denota-se que a história se repete, uma vez que, atualmente, estes discursos são reproduzidos aos montes e grupos reacionários/fascistas ganham cada vez mais apoio.

Por tudo que foi exposto, nota-se que muitos foram e ainda são os argumentos utilizados nos discursos anticomunistas. Por vezes, estes argumentos são pautados em teorias da conspiração, em outras oportunidades, são fincados em ódio e, por fim, os argumentos são alicerçados sob a alienação de pessoas atingidas por informações dadas por grupos historicamente amedrontados pela ascensão de classes populares, bem como pela perda de privilégios.

É necessário, portanto, que haja uma maior preocupação da população com a veracidade das informações propagadas atualmente, de modo a não ser enganada com taxações e jargões fáceis de serem proferidos e que suscitam ódio a grupos com pensamentos opostos.

Ademais, tem-se na história a chave para entender os fenômenos sociais, mediante ao fato de que o que se tem vivido, no que concerne aos discursos anticomunistas, já fora presenciado anteriormente na história brasileira e repercutiu negativamente na imposição de períodos sombrios do nosso país.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). **FGV**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 8 de maio de 2019.

BISI, Adriana de Oliveira Gonzaga. **(IN)Justiça de Segurança Nacional: a criminalização do comunismo no Brasil entre 1935-1945**. Tese (programa de pós-graduação em direitos e garantias fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória (FDV), 2016. Disponível em: <<http://site.fdv.br/wp-content/uploads/2018/06/adriana-oliveira-gonzaga-bisi.pdf>>. Acesso em: 8 de maio de 2019.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 51-66, abr. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v30n52/03.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000100003>.

Bolsonaro nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>>. Acesso em: 19 maio de 2019.

BORGES, Pedro Célio Alves. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia). **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 345-370, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n2/0102-6992-se-32-02-00345.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202004>.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL, Clarissa. **O Brado De Alerta Para O Despertar Das Consciências: uma análise sobre o comando de caça aos comunistas, Brasil, 1968-1981**. 2010. Dissertação (programa de pós-graduação em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132846/000984619.pdf?sequencia=1>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, dez. 2011. Disponível

em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a08v31n62.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000200008>.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 139-182, jun. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n4/2237-101X-topoi-3-04-00139.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003004005>.

COURA, Alexandre de Castro; BISI, Adriana Oliveira Gonzaga; LEONEL, Wilton Bisi. **O Significado Do Comunismo Na Teologia Política De Carl Schmitt e de Francisco Campos**. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/19484/73320>>. Acesso em: 8 de maio de 2019.

DOEDERLEIN, Natalia; NOBRE, Noéli. Projeto criminaliza apologia ao comunismo. **CÂMARA LEGISLATIVA**, Distrito Federal, 24 jul. 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/538209-PROJETO-CRIMINALIZA-APOLOGIA-AO-COMUNISMO.html>>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos E A Ditadura Militar Brasileira: A Visão Da Espionagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de. Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart. **Stud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 149-168, jun. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v25n49/10.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862012000100010>.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MONNERAT, Alessandra; SARTORI, Caio. Boato circula com falso 'plano de dominação comunista' do PT. **ESTADÃO**, São Paulo, 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/boato-circula-com-falso-plano-de-dominacao-comunista-do-pt/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra O Perigo Vermelho: O Anticomunismo No Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Especialização em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000. Disponível em: <[https://www.academia.edu/12851483/EM\\_GUARDA\\_CONTRA\\_O\\_PERIGO\\_VERMELHO\\_O\\_ANTICOMUNISMO\\_NO\\_BRASIL\\_1917-1964](https://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917-1964)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 237-266, jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a12.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882010000100012>.

NOBREGA, Maílson da. Bolsonaro se propõe a combater um fantasma. **VEJA**, 02 jan. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/mailson-da-nobrega/bolsonaro-se-propoe-a-combater-um-fantasma/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A ideologia anticomunista no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 23, p. 185-188, nov. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24634.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000200019>.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14008.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>.

SALVINI, Leila; SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR, Wanderley. A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. **Rev. bras. educ. fís. esporte**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 401-410, Set. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n3/06.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092012000300006>.

SBT ressuscita e mata 'Brasil, ame-o ou deixe-o' em vinheta relâmpago. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 06 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/11/sbt-ressuscita-brasil-ame-o-ou-deixo-o-em-nova-vinheta.shtml>>. Acesso em: 19 maio de 2019.

SIMÕES, Eduardo. Bolsonaro diz defender Brasil contra o comunismo e promete 'curar' lulistas com trabalho. **EXTRA**, São Paulo, 06 out. 2018. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-diz-defender-brasil-contra-comunismo-promete-curar-lulistas-com-trabalho-23135401.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, ago. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000200011>.

VALLE, Maria Ribeiro do. Matizes do pensamento político norte-americano na virada conservadora de 1970. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 369-383, ago. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/11.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200011>.

VELOSO, Teresa. Comando de Caça aos Comunistas (CCC). **FGV**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>>. Acesso em: 8 de maio de 2019.